A Subscrição Confessional

Necessidade, Relevância e Extensão

Ulisses Horta Simões

ÍNDICE

Introdução 15

Capítulo I – A Questão da Necessidade 18
1. Das Formulações Proto-Credais 18
2. Dos Credos 28
3. Das Confissões 39

Capítulo II – Relevância Confessional e Subscrição .. 45
1. A Confissão e a Identidade Confessional 45
2. A Posição Reformada Sobre a Questão 56
3. Confissão, Subscrição e os Ofícios Eclesiásticos 63

Capítulo III – Hermenêutica, Fidelidade e Qualificações 74
1. A Interpretação do Sistema Doutrinário 74
2. Qualificações, Reservas e Exceções 84
3. A Extensão Requerida Quanto à Fidelidade 89

Capítulo IV – Estudos de Casos 105
1. Igrejas Reformadas em Holanda 107

2. Igrejas Presbiterianas na Grã-Gretanha 115
3. Herança Calvinista e Subscrição nos Estados Unidos 127
4. Igrejas Presbiterianas no Brasil 258

Capítulo V – A Alternativa Reformada 165
1. Postura Hermenêutica 165
2. Postura Quanto às Subscrições 169
3. Postura Quanto aos Desvios Confessionais 173

Conclusão 175

Bibliografia 178

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a subscrição confessional, parte dos requisitos para licenciatura de candidatos ao ministério sagrado, bem como para ordenação de ministros, presbíteros e diáconos, há muito tempo se tem delineado sob tendências diferentes. O desempenho dos ofícios eclesiásticos, em qualquer igreja confessional, exige subscrição a um símbolo de fé também confessional. Em todos os tempos, mas especialmente em nossos tempos pós-modernos, percebe-se uma nítida flacidez quanto ao que esta subscrição significa. Um significativo número de oficiais, especialmente pastores, assume o compromisso subscricional da ordenação portando escrúpulos quanto ao conteúdo de sua confissão. Ainda que tais escrúpulos não sejam evidentes quando da ordenação, para esses casos, o serão fatalmente no futuro.

Tais escrúpulos podem ocorrer por várias razões: desconhecimento, superficialidade, mas também por nutrição deliberada de uma convicção divergente do padrão de fé denominacional. Outro caso que incorre em dificuldade semelhante é a mudança de opinião posterior à ordenação. Nestas circunstâncias, a reserva pessoal quanto ao símbolo de fé pode vir a ser cultivada silenciosa ou abertamente. Os resultados

de tal reserva serão, em ambos os casos, danosos ao desempenho do ofício, ao ministério, e à própria igreja.

O propósito desta publicação é o de estudar a necessidade dos padrões confessionais, bem como as posturas e os compromissos envolvidos, o reconhecimento da possibilidade concreta de reservas, qualificações e exceções, e a questão da exigência de fidelidade pertinente ao caso. Com alguns estudos de casos, pretendemos chegar à proposição de uma alternativa que atenda a dois quesitos: primeiro, não ferir o princípio de fidelidade devida ao padrão subordinado (portanto, não inerrante e não infalível, mas subordinado à inerrância e à infalibilidade das Escrituras); segundo, dar espaço para a diversidade de pensamento que preserve a integridade dos aspectos doutrinários essenciais, mas que permita considerações de interpretação pessoal após uma consistente defesa bíblica. Pense o leitor: "Que grau ou extensão de fidelidade a um padrão confessional se deve esperar, na sua subscrição, por um candidato à ordenação no oficialato eclesiástico?".

Essa obra foi inicialmente aprovada na forma de cumprimento acadêmico para obtenção do título de "Mestre em Teologia – Especialidade em Dogmática", no CPPGAJ/IPB – Centro de Pós-Graduação Andrew Jumper, da Igreja Presbiteriana do Brasil, em 2001. A maior parte deste material já foi pesquisado a partir de uma viagem de estudos e pesquisas à Escócia (*New College*, da *Edinburgh University*, *Rutherford House* e *Free Church of Scotland School of Theology*), com breve passagem pela Holanda (*Kampen University*). Além das obras sobre a natureza e a importância confessional, pretendemos observar casos vividos por denominações em Holanda, Escócia e América do Norte (como, por exemplo, da PC(U.S.A.) e suas predecessoras, e ainda da *Orthodox Presbyterian Church* e da *Presbyterian Church of America*), pesquisando obras as esses casos relativas.

Um Símbolo de Fé é um padrão de fé subordinado à Escritura. Será indispensável considerar o que se entende por "padrão subordinado", e que diferença(s) se impõe(m) em contraste com o voto de fidelidade ao padrão maior, as Escrituras.

Por fim, as proposições apresentadas ao final não têm a pretensão de ser a "última palavra", uma vez que já se sabe

muito acerca das divergências históricas que mesmo reformados têm sobre a questão. Nossa conclusão será uma tentativa de evidenciar a relevância dos fatos e argumentos utilizados, convertendo-os, de alguma forma, em algo de benefício para igreja contemporânea. As discussões em torno dos Padrões de Fé de Westminster, e suas variações, serão o objeto maior de nosso enfoque.